

A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: TEORIAS E PRESSUPOSTOS NA OBRA DE PAULO FREIRE

Caio Vinícius Catalano¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir e analisar algumas teorias presentes na obra do educador e pensador Paulo Freire, assim como os pressupostos que acompanham o entendimento de alguns conceitos que serviram de base para a formação da teoria presente na Pedagogia do Oprimido. Por meio dessa análise, baseada na contraposição de conceitos formadores do pensamento pedagógico do autor, tentaremos elucidar teorias determinantes na caracterização da chamada pedagogia “bancária”, assim como algumas reflexões sobre as consequências dessa prática opressora e dominadora, tão presente na educação brasileira.

Palavras-chave: Paulo Freire, educação, pedagogia do oprimido, ideologia opressora

ABSTRACT

This paper observes some theories presented in the work of the educator and philosopher Paulo Freire, as well as some assumptions which were the basis for the conception of the Pedagogy of the Oppressed. Through this analysis, based on the contrast of the author's pedagogical thinking, we attempt to understand some determinants that characterize the so called ‘bank education’, along with some thoughts on the implications of such oppressive and common practice in the Brazilian education.

Key words: Paulo Freire, education, pedagogy of the oppressed, oppressive ideology.

Entre permanecer porque desaparece, numa espécie de morrer para viver, e desaparecer pela e na imposição de sua presença, o educador “bancário” escolhe a segunda hipótese. Não pode entender que permanecer é buscar ser, com os outros. É con-viver, simpatizar. Nunca sobrepor-se, nem sequer justapor-se aos educandos, des-simpatizar. Não há permanência na hipertrofia.

(Paulo Freire, 1987: 37)

O conceito de educação ainda é muito controverso. Apesar de tão difundido e estudado, permanece muito fluido o consenso quanto ao seu entendimento global, seja no âmbito teórico ou prático. Muitos estudiosos divergem na definição dos limites de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

abrangência do ensino sistemático, mesmo havendo uma gama de estudos direcionados à compreensão desse fenômeno. A tentativa de entendimento, e, por consequência, de domínio dessa manifestação inerente do homem, é uma busca incessante. Essa ânsia, muitas vezes, não gera resultados satisfatórios, ou coerentes. Poucos são os que verdadeiramente conseguem compreender o processo educacional em sua plenitude. Paulo Freire foi um desses poucos.

É inevitável a intrínseca ligação entre processo educacional e o pedagogo Paulo Reglus Neves Freire, forte defensor da pedagogia problematizadora. Tendo dedicado quase uma vida inteira na delimitação e difusão da prática pedagógica consciente, sua teoria é centrada na libertação pelo entendimento crítico do contexto em que os participantes do processo educacional estão inseridos. A dialogia e a conscientização são temas constantes em suas obras.

Apesar de ser tão repleta de significados e capacitadora de ações, a teoria freiriana ainda é pouco estudada e difundida, ficando mais aparente, nos contextos em que a educação é apresentada, a prática desse educador. Muitas vezes, pelo não entendimento profundo e sistemático dos conceitos elaborados por Paulo Freire, os difusores de sua prática equivocam-se na abordagem pedagógica, efetuando ações inversas à proposição da pedagogia libertadora. Sobre esse procedimento errôneo, o próprio pedagogo pontua que, em muitos casos, a distorção da proposta é tão grande – como a subversão da característica transformadora inata da palavra em objeto de alienação – que a não realização seria o ato menos danoso:

Conteúdos que são retalhados da realidade desconectados da totalidade em que se engedram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Dai que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 1987: 33)

É preocupado com esse procedimento que este artigo encontra sua finalidade: tentar elucidar conceitos presentes na teoria desse fervoroso educador e auxiliar no entendimento do que realmente propõe a pedagogia como prática libertadora. Para efetuar tal estudo, utilizou-se como base teórica as concepções do autor sobre educação e pedagogia, presentes na obra “A Pedagogia do Oprimido”. A partir de conceitos como a absolutização da ignorância, a contradição inerente da ideologia opressora, a vocação antológica de Ser

Mais, entre outros, tentou-se elucidar o processo educativo visto como forma de libertação ideológica e transformação do contexto social.

A absolutização da ignorância e a estrutura da educação “bancária”

Um dos primeiros conceitos que se fazem necessários para o entendimento da teoria proposta por Paulo Freire é o de absolutização da ignorância. Essa definição é fulcral na relação de poder entre os participantes do processo pedagógico e na manutenção do status quo apresentado em uma situação de interação educacional. Segundo o autor:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987: 33)

Para Paulo Freire, o conhecimento é visto como uma forma de alienação ideológica por aqueles que pregam e desenvolvem a educação opressora. Possuir conhecimento, nesse contexto, significa possuir poder ideológico. E é através da negação desse poder ao educando que se estabelece a relação entre opressor e oprimido. O opressor, figurativizado pelo educador, apresenta uma dominação ideológica sistemática sobre o oprimido, delimitado-o como o educando “oco”, desconsiderando e repudiando a existência do conhecimento vivenciado e prévio, próprio de todo ser. Cria-se então uma disparidade de poder, em que o educador é posto sempre em grau superior ao educando, singularizando uma defasagem interativa e petrificando posições pedagógicas. Nessa estrutura, os participantes estão estáticos, inertes, indo contra o procedimento natural de aprendizado, que é o processo de constante busca. Ao educando, cabe o papel do ignorante absoluto, aquele que está vazio, necessitando apenas de preenchimento por conteúdos. Ao educador, o papel de detentor e defensor desses conteúdos, responsável por preencher a falta acentuada no educando. É estabelecido um contexto de alienação, em que o agente alienador tem a educação como meio de subjugação. Existe o fenômeno de “coisificação” não só da educação, mas também dos próprios participantes do processo, em que o único sujeito agente é o educador, e os educandos são concebidos como meros objetos, pacientes e ouvintes. Sobre essas relações de dominação através da anulação, Foucault, avalizando a teoria freiriana, determina em seus estudos que:

fazendo do poder a instância do não, se é conduzido a uma dupla ‘subjetivação’: do lado onde ele se exerce, o poder é concebido como uma espécie de grande Sujeito absoluto - real, imaginário, ou meramente jurídico, pouco importa. [...] Do lado onde o poder é sofrido, se tende igualmente a o ‘subjetivisar’, determinando o ponto onde se faz a aceitação da proibição, o ponto onde se diz ‘sim’ ou ‘não’ ao poder; e assim, para se dar conta do exercício da soberania se supõe seja a renúncia aos direitos naturais ou do contrato social ou ao amor do mestre. (FOUCAULT, 2001: 423).

Uma das consequências dessa prática é a reafirmação na rigidez das posições daqueles que estão inseridos na cena educacional. Não há mobilidade de função. Ao invés disso, existe a reafirmação incessante da autoridade do educador. O conceito de absolutização da ignorância é fundamental na estruturação da concepção da educação “bancária”. A prerrogativa, por parte do educador, do total desconhecimento prévio do educando é que estabelece subsídios para a formulação de uma teoria baseada apenas na quantidade de afirmações assimiladas.

Tendo como pilar o conceito da ignorância extrema, um estrutura de interação pseudo-educativa vai se construindo, centrada na dicotomia completo-incompleto. A ressalva se faz necessária nesse ponto, pois apesar desse fenômeno interacional ter como força motriz a busca pela completude do educando – mesmo que voltada apenas ao preenchimento material de conteúdos – não existe a possibilidade de obtenção real de sentidos e significados completos. Os conceitos não estão interiorizados, em movimento, na consciência daquele que está sendo educado; eles simplesmente estão presentes, estáticos, inertes. A tônica dessa relação é fundamentada na sequência metódica e repetitiva: receber, memorizar, repetir. O educando é concebido como um autômato – apenas reconhecedor de linguagem, sem conhecimento crítico. Dentre os inúmeros produtos danosos advindos dessa prática, cita-se o arquivamento, não só da informação, mas também de educador e educando – não há saber em sua completude, como sinônimo de transformação, há apenas doação de conteúdo. Essa afirmação baseia-se na constatação de que a transmissão é feita a partir das experiências do próprio educador. A palavra se esvazia de dimensão concreta, exemplificando uma realidade parada, alheia à experiência existencial do educando. Acalentado por uma visão paternalista, o educador coloca-se como um doador de aprendizados, tomando para si a responsabilidade de amenizar todo o processo cognitivo tão necessário no contexto pedagógico. Emoldurado pela visão de

“detentor do saber”, esse transmissor tenta acorrentar a interação educativa, transformando situações potencialmente transformadoras, sob o ponto de vista experimental, em meros contextos narrativos-alienantes. Segundo Freire,

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educando à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. (FREIRE, 1987: 33)

O educando se vê, então, em uma situação de dominação ideológica extrema e sem perspectiva alguma de mudança, seja desse mesmo contexto doutrinário, seja de sua própria condição de não conhecedor. Percebe-se cada vez mais incapaz de crescimento e posicionamento crítico, já que suas aptidões e vivências naturais são negadas e descartadas. Sem um ponto de apoio motivacional, sua única atitude viável é acatar à autoridade imposta pela ideologia “bancária”, em uma espécie de admiração utópica, pois nunca conseguirá atingir o status de participante ativo do processo educativo. O educador, por sua vez, tenta perpetuar essa relação, garantindo que as posições não se modifiquem ou mesmo que o “receptor” tenha qualquer atitude de mudança. Nessa relação de dominação, aquele que recebe a educação nunca alcançará a condição de sujeito interativo do processo educativo; para isso haveria de ter posicionamento crítico de sua realidade, tomando consciência de sua história existencial. É colocado apenas como sujeito-objeto de subjugação e modelamento ideológico. Assim, determinando essa prática sujeito-objeto e mais uma vez corroborando a teoria freiriana, Foucault pontua:

Há dois sentidos para a palavra ‘sujeito’: sujeito submetido a outro pelo controle e a dependência e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos a palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete. (FOUCAULT, 1995: 237)

A contradição inerente da ideologia opressora e a dialética de Hegel

A partir da teorização do conceito de absolutização da ignorância e seus pressupostos, Paulo Freire consegue determinar um paralelo importantíssimo entre a dominação opressora sobre os educandos e a teoria de dialética do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, mais especificamente referente à consciência libertadora, exemplificada na relação escravo-escravizador. Hegel, em sua obra *Fenomenologia do Espírito* (1988), pontua que toda a relação de dominação entre escravo e escravizador está fundamentada na ideologia passiva de escravidão do escravizado. O senhor só é reconhecido como tal pela consciência avalizadora do escravo, ou seja, o subjugador não é senhor em si mesmo a não ser mediado por sua relação ideológica e material (trabalho) com o subjugado. Nessa perspectiva, o senhor acaba sendo escravo de seu escravo, seu contraste fundamental. É a partir desse ponto que a analogia freiriana ganha corpo. Toda a relação de poder e consciência de dominação entre opressor e oprimido é exemplificada na dialética hegeliana. Assim como o escravo, o educando se encontra em uma situação de opressão e submissão ideológica por parte do educador. A manutenção da consciência dominada é o ponto de apoio do sistema opressor. Portanto:

O educador se põe frente aos educandos como sua antinomia necessária. Reconhece, na absolutização da ignorância daqueles a razão de sua existência. Os educandos, alienados, por sua vez, à maneira do escravo na dialética hegeliana, reconhecem em sua ignorância a razão da existência do educador, mas não chegam, nem sequer ao modo do escravo naquela dialética, a descobrir-se educadores do educador. (FREIRE, 1987: 34)

Toda essa analogia é de extrema importância no pensamento de Paulo Freire, pois muitos conceitos são explicados e exemplificados a partir da teoria de Hegel. O contraponto fica muito bem explicitado quando Hegel faz alusão à caracterização da verdade da consciência independente:

A verdade da consciência independente é por conseguinte a consciência escrava. Sem dúvida, esta aparece de início fora de si, e não como a verdade da consciência-de-si Mas, como a dominação mostrava ser em sua essência o inverso do que pretendia ser, assim também a escravidão, ao realizar-se cabalmente, vai tornar-se, de fato, o contrário do que é imediatamente; entrará em si como a consciência recalcada sobre si mesma e se converterá em verdadeira independência.” (HEGEL, 1988: 131)

Seguindo a lógica dessas duas afirmações, surge a necessidade de pontuar que todo o conceito subjugação é estritamente dependente do posicionamento do próprio dominado. A existência dos sábios é caracterizada pela afirmação da ignorância dos não-sábios. Contraponto a necessidade do reconhecimento da absolutização da ignorância com a verdade da consciência independente, a contradição inerente da ideologia opressora é apresentada. Hegel postula que a própria vivência escrava, baseada em uma consciência da própria condição de subjugado, já determina subsídios para o seu contrário, ou seja, a libertação. Diante da impossibilidade do diálogo, surge inevitavelmente a necessidade de questionamento dessa negação ao próprio diálogo. A experiência existencial coloca em contradição a condição de domesticação. A vocação inata do homem em “Ser Mais” impulsiona-o, por gênese, à busca pela libertação. Também Freire considera essa superação ideológica presente na relação educador-educando:

A sua “domesticação” e a da realidade, da qual se lhes fala como algo estático, pode despertá-los como contradição de si mesmos e da realidade. De si mesmos, ao se descobrirem, por experiência existencial, em um modo de ser inconciliável com a sua vocação de humanizar-se. Da realidade, ao perceberem-na em suas relações com ele, como devenir constante. (FREIRE, 1987: 35)

A negação à vocação ontológica de Ser Mais e ao devir constante

Outro conceito que se faz necessário no entendimento de toda a teoria freiriana sobre a pedagogia que cerca o oprimido é a condição inata do ser humano de superação e a permanente necessidade de negação desta por parte da prática de opressão ideológica. Para o autor, o homem, concebido como um ser dotado de consciência e capaz de ler criticamente o mundo a sua volta, tem a característica intrínseca de evolução. Segundo essa teoria, o homem nasce fadado à condição de humanizar-se, ou seja, de tornar-se cada vez mais humano a medida que busca novas formas de progressão, seja material, intelectual ou de relacionamentos. Sua consciência de incompletude impulsiona-o a galgar novas perspectivas existenciais, incondicionalmente. Essa vocação ontológica é determinante na existência humana, sendo irrefreável sua busca e manutenção. Para Freire, a própria característica de seres que buscam incessantemente, determinados por uma necessidade de

completar-se, é a base da condição de ser humano. Esse fenômeno ele denomina “Ser Mais”:

Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao *ser mais*, à humanização dos homens. E esta, como afirmamos no primeiro capítulo, é sua vocação histórica, contraditada pela desumanização que, não sendo vocação, é viabilidade, constatável na história. E, enquanto viabilidade, deve aparecer aos homens como desafio e não como freio ao ato de buscar. (FREIRE, 1987: 43)

A condição primeira do ser – a necessidade de humanização, capaz de atingir novos conceitos e condições de transformar suas relações e situações – é negada cabalmente pela pedagogia depositária. A concepção “bancária” aplica uma dicotomia irreal entre o homem e o mundo: nessa prática, os homens apenas pertencem ao mundo que os cerca e os domina, e não fazem parte desse mesmo mundo, como sujeitos ativos, pensantes e modificadores – são meros espectadores dessa realidade estranha que os domina, não sendo participativos, recriadores de sua própria condição histórica. Por meio dessa prática coibidora e domesticadora, exemplificada na atuação do educador, surge a desumanização do próprio ser humano, uma das formas mais nocivas de cerceamento da condição do devenir constante. É a tentativa não natural de transformar o ser em objeto, desprovido de consciência crítica e capacidade pura de “tornar-se”. Essa violência ideológica é a forma mais clara de apresentação da pedagogia opressora. Através do incentivo à condição de autômato, o opressor busca a impressão no oprimido de uma marca castradora e taxativa, na tentativa de enquadramento do indivíduo na condição de depositário dócil, capaz de assimilar conceitos vazios de significados, mas potencialmente fortes em domesticação. A ideologia opressora apresenta ao educador a falsa concepção de educação, em que este, ao invés de despertar a consciência crítica da realidade que cerca o educando, apenas reproduz o sistema dominante, perpetuando a passividade ideológica e coibindo a autenticidade de pensamento. Através da prática de disciplinar a entrada de “depósitos” de conhecimentos no educando, o educador “bancário” tem a ilusão do saber e perpetua a prática opressora. Existe, como consequência inevitável e extremamente maléfica ao processo educativo, a sobreposição do educador sobre o educando. Esse fenômeno antidialógico vai de encontro à verdadeira prática pedagógica, pontuada por Freire:

Sem ele (o diálogo), não há comunicação, e sem esta não há verdadeira educação. A que, operando a superação da contradição educador-educandos, se instaura como situação gnosiológica, em que os sujeitos

incidem seu ato cognoscente sobre o sujeito cognoscível que os mediatiza (FREIRE, 1987: 47).

A educação é apresentada como um fenômeno vertical e estagnado. A necessidade de controle e mediação de conteúdos é constante nessa prática, e a inibição do pensar autêntico é uma metodologia constante. Acentua-se, como produto, a “cultura do silêncio”.

Considerações finais

Educação, além de ser um tema ainda pouco conhecido e estudado em sua totalidade teórico-prática, é um conceito de extrema relevância no contexto social. Sociedades delimitam sua linha progressiva baseadas em índices educacionais, que muitas vezes definem indivíduos, seja de uma forma favorável ou mesmo maléfica, socialmente. Entender como se engendram todos os fenômenos pedagógicos, visando uma melhoria no tratamento dos educandos, deve ser a tônica de qualquer sociedade preocupada com a progressão intelectual, moral e física de seus indivíduos participantes. Foi com essa preocupação que esse artigo foi elaborado: trazer à luz, mesmo que de forma básica e introdutória, alguns preceitos que definem as práticas educacionais que norteiam a pedagogia libertadora, representada pela consciência problematizadora. Muito ainda há de ser escrito e estudado. Se houve o despertar do interesse pelo aprofundamento nas teorias de Paulo Freire, este trabalho já teve seu mérito. Julgou-se de suma importância o estudo dos conceitos que basearam o pensamento freiriano. Mesmo demonstrando serem, muitas vezes, de um alto teor de complexidade, pois fundamentam-se em relações filosóficas e sociais complexas, são fulcrais no verdadeiro conhecimento da práxis educativa. Batalhador da pedagogia humana e fraterna, e apaixonado pela beleza da evolução humana do ser, Paulo Freire é, em muitos casos, injustiçado por suas ideias extremamente transformadoras e avançadas para a sua própria época e história, mas indispensáveis na busca por uma sociedade igualitária e coerente. Como fervoroso ativista da prática da pedagogia como única fonte de transformação social, é pedra angular na cronologia educacional mundial e deve não só ser admirada, respeitada e reproduzida sua filosofia no ensino, mas estudada com afincamento e dedicação, como bússola delimitadora da verdadeira e única educação. Esse artigo tem seu fim coincidindo com uma última citação do autor na própria obra, como uma última esperança na condição última; porém a primeira no início da construção do saber consciente e libertador:

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

(Paulo Freire, 1987: 107)

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. *L'herméneutique du sujet cours au Collège de France. 1981 – 1982.* édition publiée sur la direction de François Ewald e autres. Paris: Gallimard, 2001.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HEGEL, G.H.F. *Fenomenologia do Espírito (parte 1)*, trad. Paulo Meneses. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.